( )	Artes Visuais	( )	Esporte	( )	Patrimônio Imaterial
( )	Artesanato	( )	Filosofia	( )	Patrimônio Material
( )	Audiovisual	( )	Fotografia	( )	Pesquisa
( )	Cinema	( )	Gastronomia	( )	Produção Cultural
( )	Circo	( )	Gestão Cultural	( )	Rádio
( )	Comunicação	( )	História	( )	Saúde
( )	Cultura Cigana	( )	Jogos Eletrônicos	( )	Sociologia
( )	Cultura Digital	( )	Jornalismo	( )	Teatro
( )	Cultura Estrangeira (imigrantes)	( )	Leitura	( )	Televisão
( )	Cultura Indígena	( )	Literatura	( )	Turismo
( )	Cultura LGBT	( )	Livro	( )	4.6.1. Outro. Qual?
( )	Cultura Negra				

4.7. A candidatura atua diretamente com qual público?

( )	Afro-Brasileiros	( )	Mulheres	(x)	População de Baixa Renda
( )	Ciganos	( )	Pescadores	( )	Grupos assentados de reforma agrária
(x)	Estudantes	( )	Pessoas com deficiência	( )	Mestres, praticantes, brincantes e grupos culturais populares, urbanos e rurais
( )	Agentes culturais, artistas e grupos artísticos e culturais independentes	( )	Pessoas em situação de sofrimento psíquico	( )	Pessoas ou grupos vítimas de violência
( )	Idosos	( )	População de Rua	( )	População sem teto
( )	Imigrantes	( )	População em regime prisional, em privação de liberdade	( )	Populações atingida por barragens

( )	Indígenas	( )	Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro	( )	Populações de regiões fronteiriças
( )	Crianças e Adolescentes	( )	Quilombolas	( )	Populações em áreas de vulnerabilidade social
( )	Juventude	( )	Ribeirinhos	( )	4.7.1. Outro. Qual?
( )	LGBTQIA+	( )	População Rural		

4.7.2. Indique a faixa etária do público atendido diretamente:

( )	Primeira Infância: 0 a 6 anos
(x)	Crianças: 7 a 11 anos
(x)	Adolescentes e Jovens: 12 a 29 anos
( )	Adultos: 30 a 59 anos
( )	Idosos: maior de 60 anos

4.7.3. Qual é a quantidade aproximada de público atendida diretamente por ano?

(x)	até 50 pessoas
( )	de 51 a 100 pessoas
( )	de 101 a 200 pessoas
( )	de 201 a 400 pessoas
( )	de 401 a 600 pessoas
( )	mais de 601 pessoas

4.8. Descreva as atividades desenvolvidas pela entidade ou coletivo cultural.

4.9. **A entidade ou coletivo cultural representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração? Se sim, como?**

Representa um grupo seletivo de pessoal. Que procura resgatar a cultura local.

4.10. Quais estratégias a entidade ou coletivo cultural adota para promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural?

Oficinas de dança.

4.11. **A entidade ou coletivo cultural incentiva a preservação da cultura brasileira? Se sim, como?**

Sim. Contando histórias e preservando o que tem de cultural no município.

4.12. A entidade ou coletivo cultural estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural? Se sim, como?

Sim, o espaço é usado para o laser e em datas comemorativas.

4.13. A entidade ou coletivo aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais? Se sim, como?

Sim, realizando apresentações culturais. Tentando preservar a cultura local.

4.14. A entidade ou coletivo cultural promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais? Se sim, como?

Não

4.15. **A entidade ou coletivo cultural garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural? Se sim, como?**

Sim. Pela TICs, Instagram, facebook .

4.16. A entidade ou coletivo cultural assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais? Se sim, como?

Não.

4.17. A entidade ou coletivo cultural contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades? Se sim, como?

Sim, acolhendo crianças e adolescente que queiram preservar a cultura local, por meio da dança.

4.18. A entidade ou coletivo cultural promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade? Se sim, como?

Sim, realizando apresentações nas localidades (distritos) e em municípios vizinhos.

4.19. A entidade ou coletivo cultural estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação? Se sim, como?

Sim, trabalhando em rede.

4.20. A entidade ou coletivo cultural adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado? Se sim, como?

Não

4.21. A entidade ou coletivo fomenta as economias solidária e criativa? Se sim, como?

É baseada na cooperação, autogestão, inclusão social e valorização do trabalho coletivo e práticas típicas.

4.22. A entidade ou coletivo cultural protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias? Se sim, como?

O objetivo é reaver o patrimônio cultural e imaterial de memorias criadas pelos antigos moradores do município buscando resgatar as festas e bailes com apresentações de dança.

4.23. A entidade ou coletivo cultural apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais? Se sim, como?

Sim, buscando por meio de pesquisar com os antigos moradores como eram as festas populares.

4.24. A entidade ou coletivo cultural realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade? Se sim como?

Sim, com apresentações em espaços públicos, em datas como aniversario do município.

4.25. As ações da entidade ou coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada?

Não

4.26. A entidade ou coletivo possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a PNCV? Se sim, quais?

Não

4.27. A iniciativa cultural é atendida ou apoiada por programas, projetos e ações de governo (municipal, estadual ou federal) ou de organizações não governamentais? Cite quais são.

Não

4.28. Informe se a entidade ou coletivo cultural já foi selecionada em algum Edital de apoio da Cultura Viva.

( ) Federal ( ) Estadual ( ) Distrital ( ) Municipal (x) Não foi selecionada

4.17.1. Se já foi selecionada, escreva em qual(is) e o(s) anos(s):

5. DADOS BANCÁRIOS (PARA O CASO DE PREMIAÇÃO)

Nº Banco: 0727	Nome do Banco: Sicredi	Nº Agência: 0727	(x) conta corrente ( ) conta poupança Nº Conta:	Praça de Pagamento: 72359-2
Em caso de representante de candidatura como "grupo/coletivo cultural", o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, tendo a pessoa candidata como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas correntes de convênio ou instrumentos similares, contas-fácil ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.				

Em caso de candidatura como "entidade", o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular. Para tanto, não poderá ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

5. DECLARAÇÕES

Eu, Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche, responsável legal pela entidade ou coletivo cultural ora concorrente, DECLARO, para os devidos fins, e sob as penas da lei que:

1. Estou ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção, zelando pela observância das suas determinações;

2. Estou ciente de todos os regramentos e obrigações previstas no edital, seja nas fases de seleção e habilitação, seja na eventual premiação.

3. Estou ciente de que as informações e documentos apresentados neste processo seletivo são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;

4. Não me enquadro em quaisquer das vedações dispostas no Edital de Seleção;

5. Não existe plágio no projeto apresentado, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido;

6. Autorizo a Secretaria municipal de Educação e Cultura e o Ministério da Cultura a publicar e divulgar, mediante reprodução, distribuição, comunicação ao público e quaisquer outras modalidades de utilização, sem quaisquer ônus, por tempo indeterminado, os conteúdos da inscrição;

7. Estou ciente e de acordo que a publicação e divulgação das matérias poderão ser realizadas inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior, observadas as legislações vigentes de cada país;

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.

Marquinho, 20 de maio de 2025.

Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche

Assinatura

(Responsável Legal da Entidade Cultural)

Silmara Maria Gonsiorkiewicz Estehe

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO/COLETIVO CULTURAL

Nós, membros do Grupo/Coletivo Cultural Dança gaúcha CTG Marco da Tradição , declaramos que, em reunião realizada em vinte de maio de dois mil e vinte cinco (20/05/2025), fica decidido apresentar a inscrição no Edital de Premiação Cultura Viva, para reconhecimento, valorização e fortalecimento da cultura brasileira.

Nesta reunião, nomeia-se Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche (Representante do Grupo/Coletivo Cultural), portador(a) da Carteira de Identidade n° 65518546 e CPF n° 00498609928, como representante e responsável por este Grupo/Coletivo Cultural e pela inscrição da candidatura mencionada.

Assim **AUTORIZAMOS**:

1. O recebimento do prêmio, no valor integral bruto de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), de acordo com as informações indicadas no Formulário de Inscrição (Anexo 11).

Além disso, **DECLARAMOS** estar cientes de que:

2. O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03)."

3. A Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura não se responsabilizarão por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

4. É de total responsabilidade do Grupo/Coletivo Cultural acompanhar a atualização das informações do Edital.

5. O Grupo/Coletivo Cultural cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.

Caso a candidatura seja selecionada, será necessário o envio das cópias do RG e do CPF de **todos** os membros integrantes do Grupo/Coletivo Cultural – apenas maiores de 18 (dezoito) anos - para premiação, na Fase de Habilitação:

1.Nome: Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche	
RG: 65518546	Órgão emissor: IPR
Data de Nascimento: 22 / 12 /1977	CPF:00498609928
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital): Silmara Maria G Esteche	

000037

Recebemos de ERN E ERN LTDA os produtos constantes na Nota Fiscal indicada ao lado. Destinatário: Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche - 09 de junho, 55 - casa centro - Marquinho/PR

Data de Recebimento	Identificação e Assinatura do Recebedor

Data de Emissão: 03/07/2025
Valor Total da Nota: 16.000,00

NFe Nº 0000000015
Série 001

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0 [1]
Nº 0000000015
Série 001
Folha 1/1

Controle do Fisco

Chave de Acesso
4125 0709 1762 6100 0131 5500 1000 0000 1518 4186 0950

Consulta de autenticidade do portal nacional da NFe www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

ERN E ERN LTDA - Loja Allanca
Residencial SETE DE SETEMBRO, S/N - LOJA - CENTRO - 85168-000 - Marquinho - PR - Fone/Fax: 42 99401 0125

Natureza da Operação	Protocolo de Autorização
Lancamento por emissao de Cupom Fiscal	141250215733104 - 04/07/2025 - 17:14:52

Inscrição Estadual	Inscrição Estadual Sub. Tributária	CNPJ/CPF
9042166828		09.176.261/0001-31

Destinatário / Remetente

Nome/Razão Social	CNPJ/CPF	Data de Emissão
Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche	004.986.099-28	03/07/2025

Endereço	Bairro/Distrito	CEP	Data Saída/ Entrada
09 de junho, 55 - casa	centro	85168-000	03/07/2025

Município	Fone	UF	Inscrição Estadual	Hora Saída/ Entrada
Marquinho		PR		16:41:00

Cálculo dos Impostos

Base de Cálculo de ICMS	Valor do ICMS	Base Cálc. do ICMS Subs.	Valor do ICMS Subs.	Valor Aprox. dos Trib. (IBPT)	Valor Total dos Produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	5.192,00	16.000,00

Valor do Frete	Valor do Seguro	Desconto	Out. Desp. Acessor.	Valor do IPI	Valor Desoh.	Valor Total da Nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00

Transportador / Volumes Transportados

Razão Social	Frete por Conta	Código ANTT	Placa Veículo	UF	CNPJ/CPF
	9-Sem Transporte				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso Bruto	Peso Líquido

Dados dos Produtos

Cod. Prod.	Descrição dos Produtos	NCM/SH	CST CSOSN	CFOP	Med.	Quantidade	Vr. Unitário	Vr. Desconto	Vr. Total	BC Icms	Vr. Icms	Vr. IPI	ALIQ. % ICMS	ALIQ. % IPI	Vr Aprox dos Trib.
19733	BOMBACHA MASCULINA CAMPEIRA SARJA	61041920	0102	5929	UN	13.0000	233.9000	0.00	3.040,70	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	986.71
19734	BOMBACHA INFANTIL MASCULINA	61041920	0102	5929	UN	4.0000	209.0000	0.00	836.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	271.28
19735	CAMISA MASCULINA SLIN	62052000	0102	5929	UN	12.0000	224.9000	0.00	2.698,80	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	875.76
19737	SAIA ADULTO OXFORDINE AJUSTAVEL	61041300	0102	5929	UN	10.0000	281.9000	0.00	2.819,00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	914.77
19738	SAIA INFANTIL AJUSTAVEL OXFORDINE	61041300	0102	5929	UN	7.0000	243.9000	0.00	1.707,30	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	554.02
19740	CAMISA DETALHE GOLA ADULTO	61061000	0102	5929	UN	11.0000	213.9000	0.00	2.352,90	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	763.57
16908	Lanco Liso Fosco 80x80 Ref. L23	42010010	0102	5929	UN	5.0000	46.4800	0.00	232,40	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	75.41
19739	CAMISA INFANTIL COM DETALHE DE RENDA	61059000	0102	5929	UN	6.0000	213.9000	0.00	1.283,40	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	416.46
19736	CAMISA INFANTIL	61034200	0102	5929	UN	5.0000	205.9000	0.00	1.029,50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	334.07

Dados Adicionais

Informações Complementares	Informações Adicionais do Fisco
I-DOC.EMITIDO P/ME OU EPP OPTANTE P/SIMPLES NACIONAL II-NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI MD5: E5FA5420278F057BF5E503A18D65B22E Tnb Aprox. R$ 2.152,01 Fed - R$ 3.040,01 Est - R$ 0,00 Mun / Fonte:IBPT/empresome 4B7157 NF vinculada ao SAT/NFC-e n 11040	

ERN E ERN LTDA
Loja Alianca
CNPJ: 09.176.261/0001-31 - IE: 9042166828
ncial SETE DE SETEMBRO, S/N - CENTRO - Marquinho -
PR
Telefone: (42) - 98401 0125

umento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

igo	Descrição	Qtd. Und.	Vlr.Unit.	Desc.	Vlr.Total
733	BOMBACHA MASCULINA CAMPEIRA SARJA	13,00 UN	233,900	0,00	3040,70
9734	BOMBACHA INFANTIL MASCULINA	4,00 UN	209,000	0,00	836,00
9735	CAMISA MASCULINA SLIN	12,00 UN	224,900	0,00	2698,80
9737	SAIA ADULTO OXFORDINE AJUSTAVEL	10,00 UN	281,900	0,00	2819,00
9738	SAIA INFANTIL AJUSTAVEL OXFORDINE	7,00 UN	243,900	0,00	1707,30
9740	CAMISA DETALHE GOLA ADULTO	11,00 UN	213,900	0,00	2352,90
6908	Lenco Liso Fosco 80x80 Ref. L23	5,00 UN	46,480	0,00	232,40
9739	CAMISA INFANTIL COM DETALHE DE RENDA	6,00 UN	213,900	0,00	1283,40
9736	CAMISA INFANTIL	5,00 UN	205,900	0,00	1029,50

:d. Total de Itens 9
alor Total R$ 16000,00
ORMA PAGAMENTO VALOR PAGO R$
nheiro 16.000,00

Consulte pela Chave de Acesso em:
http://www.fazenda.pr.gov.br
4125 0709 1762 6100 0131 6500 1000 0110 4015 6700 0582

CONSUMIDOR
CPF: 004.986.099-28 Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche
09 de junho, 55 - casa
centro - Marquinho - PR

NFC-e nº: 000.011.040 - Série: 1 03/07/2025 16:34:04 - Via Consumidor

Protocolo autorização: 141251053003444
Data autorização: 03/07/2025 16:34:08

.b Aprox R$ 2.152,00 Fed, R$ 3.040,00 Est e R$ 0,00 Mun

nte: IBPT/empresome 4B7157
ndedor: SUPERVISOR
nitido por ClippPro - Zucchetti Software e Sistemas

EDITAL PADRONIZADO
CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025
REDE MUNICIPAL
DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE MARQUINHO/PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO/COLETIVO CULTURAL

Nós, membros do Grupo/Coletivo Cultural _____ (nome do Grupo/Coletivo Cultural), declaramos que, em reunião realizada em __ de _____ de _____ (dia/mês/ano), fica decidido apresentar a inscrição no Edital de Premiação Cultura Viva, para reconhecimento, valorização e fortalecimento da cultura brasileira.

Nesta reunião, nomeia-se _____ (Representante do Grupo/Coletivo Cultural), portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ (nº do RG) e CPF n° _____ (nº do CPF), como representante e responsável por este Grupo/Coletivo Cultural e pela inscrição da candidatura mencionada.

Assim **AUTORIZAMOS**:

1. O recebimento do prêmio, no valor integral bruto de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), de acordo com as informações indicadas no Formulário de Inscrição (Anexo 11).

Além disso, **DECLARAMOS** estar cientes de que:

2. O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03)."

3. A Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura não se responsabilizarão por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

4. É de total responsabilidade do Grupo/Coletivo Cultural acompanhar a atualização das informações do Edital.

5. O Grupo/Coletivo Cultural cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.

Caso a candidatura seja selecionada, será necessário o envio das cópias do RG e do CPF de

todos os membros integrantes do Grupo/Coletivo Cultural – apenas maiores de 18 (dezoito) anos - para premiação, na Fase de Habilitação:

1.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

2.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

3.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

PREFEITURA DE MARQUINHO
AQUI TEM PROGRESSO E O FUTURO ACONTECE!
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

4.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

5.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

(Acrescentar membros integrantes, conforme composição do Coletivo Cultural)

(Local e data) _____, _____/_____/ 2023.

EDITAL PADRONIZADO
CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025
REDE MUNICIPAL
DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE MARQUINHO/PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

ANEXO 05 - MODELO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais - negros ou indígenas)

Eu, _____,CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

_____

DATA

_____

ASSINATURA DO DECLARANTE

EDITAL PADRONIZADO
CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025
REDE MUNICIPAL
DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE MARQUINHO/PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

ANEXO 06 - MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

_____

DATA

_____

ASSINATURA DO DECLARANTE

EDITAL PADRONIZADO
CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025
REDE MUNICIPAL
DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE MARQUINHO/PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

ANEXO 07 - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO
(ETAPA DE SELEÇÃO E ETAPA DE HABILITAÇÃO)

Nome da Entidade ou coletivo Cultural
_____

À Comissão de Seleção,

Venho solicitar revisão do resultado da **Etapa de Seleção/Habilitação** pelos motivos abaixo:

_____
_____
_____
_____.

Termos em que peço deferimento.

(Local e data) _____, _____/_____/ 2025.

_____

Assinatura
(Responsável Legal da Entidade Cultural)
NOME COMPLETO

PARECER JURÍDICO n. 042/2025

ASSUNTO: Chamamento Público com fundamento na Lei nº 14.399/2022 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura).

INTERESSADOS: COMISSÃO DE LICITAÇÃO; PREFEITO MUNICIPAL.

EMENTA: Direito administrativo. Aplicação da Lei nº 14.399/2022. Não aplicação da Lei 14.133/21. Aplicação do Decreto nº 11.740/2023 (Regulamento). Possibilidade.

1. RELATÓRIO

À apreciação jurídica sobre o requerimento de realização de Chamamento Público para a "**A PREMIAÇÃO DE PROJETOS, INICIATIVAS, ATIVIDADES OU AÇÕES DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA, NOS TERMOS DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA**", formulado por meio do Memorando n. 10/2025, firmado pela Sra. Eliane Ramos Padilha, Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Com o requerimento a solicitante anexou: o projeto, no qual há justificativa da necessidade da Chamamento Público com base na Lei nº 14.399/2022 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura); cópia do Decreto n. 59/2025, que nomeia a Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos e respectiva publicação; memorando n. 043/2025, do Departamento de Contabilidade, indicando a existência de recursos orçamentários para fazerem frente à contratação, trazendo a respectiva rubrica e informando que "existe o enquadramento na ação programática relativo ao Plano Plurianual 2022/2025", em observância ao contido no art. 167, I e II, da Constituição Federal.

Com efeito, a descrição e quantitativos a serem ofertados, os critérios, prazos e condições de execução constam dos anexos do edital, cuja minuta já foi encaminhada com o pedido e os documentos que o instruem.

Em 10 de junho de 2025, o procedimento foi recebido para a emissão de parecer jurídico. É a síntese.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de pedido de chamamento público com fundamento na Lei nº 14.399/2022 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), que tem por objetivo a parceria entre União, Estados, DF e Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, ao respeito à diversidade, democratização e universalização do acesso à cultura no país.

Destaca-se que não cabe a este Parecer Jurídico, delimitado em lei, análises que importem em considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Assim, quanto à natureza técnica, parte-se da premissa de que a autoridade competente buscou os conhecimentos específicos para a sua adequação às necessidades e operacionalidade do instrumento em análise, observando os requisitos legalmente impostos. Assim, passo a examinar a matéria suscitada.

2.1. Da possiblidade de Chamamento Público

A licitação é regra para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, sendo que sua finalidade é abrir a todos os interessados a oportunidade de contratar com o Poder Público, mediante preenchimentos de condições estabelecidas previamente.

Contudo, a Lei Geral de Licitações e Contratos não deve ser aplicada ao caso, em razão do que dispõe a lei específica que, por sua vez, é regulamentada por Decreto Federal, que deve ser observado, qual seja, a Lei nº 14.399/2022 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura).

Nesse sentido, o art. 184 da Lei 14.133/21 estabelece:

> Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e **na ausência de norma específica**, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal

Os artigos 5º e 12 da Lei nº 14.399/2022 referem-se aos editais de prêmios e fomentos nos seguintes termos:

Art. 5º Para o alcance dos objetivos previstos no art. 2º desta Lei, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura apoiará as seguintes ações e atividades:

I - **fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais**;

II - realização de projetos, tais como exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, no País e no exterior, inclusive a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural;

III - concessão de **prêmios mediante seleções públicas**;

IV - instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

V - realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura;

VI - realização de inventários e concessão de incentivos para as manifestações culturais brasileiras que estejam em risco de extinção;

VII - concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, de criação, de trabalho e de residência artística, no País ou no exterior, a artistas, a produtores, a autores, a gestores culturais, a pesquisadores e a técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no País ou vinculados à cultura brasileira;

VIII - aquisição de bens culturais e obras de arte para distribuição pública e outras formas de expressão artística e de ingressos para eventos artísticos;

IX - aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de promoção e de difusão do patrimônio cultural, inclusive acervos, arquivos, coleções e ações de educação patrimonial;

X - construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaço público;

XI - elaboração de planos anuais e plurianuais de instituições e grupos culturais, inclusive a digitalização de acervos, de arquivos e de coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, de jogos eletrônicos e de videoarte, e o fomento à cultura digital;

XII - aquisição de imóveis tombados com a estrita finalidade de instalação de equipamentos culturais de acesso público;

XIII - manutenção de grupos, de companhias, de orquestras e de corpos artísticos estáveis, inclusive processos de produção e pesquisa continuada de linguagens artísticas;

XIV - proteção e preservação do patrimônio cultural imaterial, inclusive os bens registrados e salvaguardados e as demais expressões e modos de vida de povos e comunidades tradicionais;

XV - realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

XVI - ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XVII - serviço educativo de museus, de centros culturais, de teatros, de cinemas e de bibliotecas, inclusive formação de público na educação básica;

XVIII - apoio a projetos culturais não previstos nos incisos I a XVII deste caput considerados relevantes em sua dimensão cultural e com predominante interesse público, conforme critérios de avaliação

> estabelecidos pelas autoridades competentes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
>
> Art. 12. Os recursos destinados conforme o disposto no art. 6º desta Lei serão executados pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC) **mediante editais, chamadas públicas, prêmios**, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais e de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais.

Assim, não há nenhum óbice à realização do Chamamento Público, desde que observado o contido na Lei, Regulamento e na Constituição Federal.

Ademais, **sugiro que seja trazido aos autos a pesquisa de mercado** que deu origem aos valores, nos termos do art. 24 do Decreto 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

2.2. Da Minuta do Edital

Sem adentrar ao mérito do pedido formulado, verifica-se que o Ministério da Cultura disponibilizou minuta do Edital de Chamamento Público e anexos, padronizada pela União, sendo que recomendo que seja integralmente acolhida, observando-se o projeto trazido pela secretária solicitante.

Com efeito, a minuta disponibilizada e seus anexos atendem as diretrizes da lei e decreto, visto que o **material de orientação e padronização produzido pela União** atende ao contido no art. 23 do Decreto nº 11.740/2023 (Regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura):

> Art. 23. O Ministério da Cultura produzirá material de orientação e padronização de instrumentos técnicos e jurídicos para auxiliar na execução dos recursos de que trata este Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 12.409, de 2025)

A minuta disponibilizada está em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei. Destaca-se:

a. Objetivo do Edital: apresentam de forma clara e objetiva o propósito do chamamento público, alinhado aos objetivos da Lei, indicando o fomento a projetos culturais.

b. Critérios de Seleção: Os critérios para seleção dos beneficiários estão discriminados, contemplando aspectos relevantes e alinhados à legislação vigente.
c. Documentação Necessária: especificam os documentos necessários para participação no chamamento, garantindo transparência e segurança jurídica ao processo.
d. Prazos e Etapas: a Secretaria estabeleceu um cronograma, permitindo a participação ampla dos interessados.

Ainda, o **item 2** traz campo para especificar a origem dos recursos orçamentários a serem empregados na seleção, em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000), sendo que **recomendo o adequado preenchimento**.

Além disso, a minuta prevê o processamento, nos termos do art. 16 do Decreto nº 11.453/2023, com as seguintes etapas:

> Art. 16. Na fase de processamento do chamamento público, serão realizadas as seguintes etapas:
> I - inscrição de propostas, preferencialmente por plataforma eletrônica, com abertura de prazo de, no mínimo, cinco dias úteis;
> II - análise de propostas pela Comissão de Seleção;
> III - divulgação de resultado provisório, com abertura de prazo recursal de, no mínimo, três dias úteis e, se necessário, dois dias úteis para contrarrazões;
> IV - recebimento e julgamento de recursos; e
> V - divulgação do resultado final.

Destaca-se que o Decreto nº 11.740/2023, art. 9º, §§ 2º e 5º, dispõe sobre a necessidade de publicação de editais de fomento à cultura em formatos acessíveis e em linguagem simples, o que se constata da minuta, bem como sobre a necessidade de medidas de acessibilidade, que ora recomenda.

Assim, recomendo a adoção integral da minuta disponibilizada pelo Ministério da Cultura que sejam preenchidos os campos em branco de acordo com o projeto da Secretaria e Decretos 11.740/2023 e 11.453/2023.

Por fim, nos termos do art. 19, § 2º, do Decreto de Fomento, os requisitos de habilitação devem ser compatíveis com a natureza do instrumento jurídico respectivo e não impliquem restrições que prejudiquem a democratização do acesso de agentes culturais às políticas públicas de fomento.

3. CONCLUSÃO

Sem adentrar ao mérito do pedido formulado, desde que atendido o acima exposto, entendo pela **possibilidade de realização de CHAMAMENTO PÚBLICO,** sendo que a minuta disponibilizada pelo Ministério da Cultura está em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Lei nº 14.399/2022 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), Decreto nº 11.740/2023 (Regulamento) e o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), visto que padronizada nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.740/2023.

Assim, sugiro:

a. a **adoção integral das minutas de edital e anexos disponibilizadas pelo Ministério da Cultura**[1]**;**
b. que sejam preenchidos os campos em branco, observando-se a dotação orçamentária fornecida pelo Departamento de Contabilidade (Memorando anexo aos autos);
c. a juntada aos autos da **pesquisa de mercado** que deu origem aos valores e/ou **justificativa dos valores divergentes das práticas de mercado de significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, nos termos do art. 24 do Decreto 11.453/2023**.

É o parecer. À superior consideração.

Marquinho/PR, 10 de junho de 2025.

TELMA MUGNOL
Advogada do Município
OAB/PR n. 69.026

[1]Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/modelos-de-editais/modelos-de-editais> Acesso em 10/06/2025.

1. Dados de identificação do projeto

1.1 Título do projeto

Dança gaúcha Marco da Tradição

1.2 Nome da entidade

CTG Marco da Tradição

1.3 Coordenador do projeto

Luis Fernando Teres Padilha

2. Objetivo(s):

- Promover o trabalho em grupo, respeito mútuo e interação social;
- Preservar tradições culturais e explorar diferentes estilos e manifestações culturais em jovens e adultos, fazer com que sinta a dança, expresse suas emoções, seus sentimentos através dela, saiba criar e recriar movimentos dando sentidos e significado para ato de dançar e apreciar esta arte.

3. Justificativa:

A dança é uma das mais antigas formas de expressão humana, capaz de transcender barreiras linguísticas, culturais e sociais. Por meio do movimento corporal, ela permite a comunicação de sentimentos, histórias e identidades, promovendo o autoconhecimento, a autoestima e o bem-estar físico e emocional.

Este projeto de dança surge da necessidade de criar um espaço de expressão artística e inclusão social, oferecendo aos participantes a oportunidade de explorar suas potencialidades através da arte do movimento e da cultura gaúcha. Em um contexto onde o acesso à cultura e às práticas corporais muitas vezes é limitado, especialmente em comunidades mais vulneráveis, a dança se mostra uma ferramenta eficaz de transformação pessoal e coletiva.

Além disso, a dança contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o trabalho em equipe, a disciplina, a empatia e a criatividade. Ela também fortalece o senso de pertencimento e identidade cultural, valorizando tradições locais e promovendo o respeito à diversidade.

Portanto, justifica-se este projeto como uma ação relevante e necessária para ampliar o acesso à arte, fortalecer vínculos comunitários e contribuir para a formação integral dos participantes.

4. Público Beneficiado:

Serão beneficiados crianças e jovens que residem no Município de Marquinho

5. Descrição da ação:

Será realizado ensaios coreografados semanalmente, direcionados a músicas do estilo gauchesco e tradicionalista do MTG. Os ensaios devem acontecer no período da manhã e tarde e se preciso a noite.

O CTG Marco da Tradição vem desenvolvendo oficinas para melhor desenvolvimento dos alunos. E trabalhar dança de salão no gênero gaúcho vem com a realidade da clientela atendida, visto que em nossa região esse é um estilo de música muito ouvido.

E para que tudo aconteça é necessário que tudo ande junto, e a confecção de roupas para a apresentação, também entra como um projeto a ser visto. Pois não tem como uma coisa andar separadamente da outra, para um bom resultado é necessário a harmonia, tanto na dança como no vestuário.

6. Impacto:

É muito positivo, pois contribui para o desenvolvimento pessoal, social e cultural. Fortalece a identidade cultural; Promove a socialização; Desenvolve disciplina e responsabilidade; Ensaios e apresentações exigem comprometimento, organização e dedicação.

Assim, a dança gaúcha não apenas preserva a tradição, mas também contribui para a formação de jovens mais confiantes, saudáveis e conectados com sua cultura.

7. **Parcerias e interface:**
   Secretaria de Educação e Cultura.

: 886054

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.551.854-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/07/1992

NOME
SILMARA MARIA GONSIORKIEWICZ ESTECHE

FILIAÇÃO
SESAR AUGUSTO ROCHA ESTECHE
SONIA MARIA GONSIORKIWICZ ESTECHE

NATURALIDADE
GUARAPUAVA/PR

DATA DE NASCIMENTO
22/12/1977

DOC ORIGEM COMARCA=GUARAPUAVA/PR,SEDE
C.NASC 1296,LIVRO=A02,FOLHA=223V

CPF

CURITIBA-PR

ASSINATURA DO DIRETOR Sel. Douglas Haquim

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Silmara Maria G. Esteche
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
SILMARA MARIA GONSIORKIEWICZ ESTECHE

Nº de Inscrição
004986099-28

Data do Nascimento
22/12/77

000055

COPEL

DANFJE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica
COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158
CEP 81200240 - CURITIBA PR
CNPJ 04368898000106 - I.E. 9023307590

Responsavel pela Iluminacao Publica: Municipio 4256481102

Classificacao	Tipo de Fornecimento
RESIDENCIAL/RESIDENCIAL	MONOFASICO / 60A

JOELSON MORAIS

R NOVE DE JUNHO, 56

CEP: 85160000
Cidade: MARQUINHO - PR
CPF: [illegible]49-60

UNIDADE CONSUMIDORA
66932513

PAGUE COM PIX

AM [1 6 31 6]

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
05/2025	24/05/2025	R$ 236,94

NOTA FISCAL No 164904447 - SERIE 3 / DATA EMISSAO: 05/05/2025

Consulte Chave de Acesso em:
https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl
Chave de acesso:
41250504368898000106660031649044471059654751
Protocolo de Autorizacao: 1412500022344842 - 05/05/2025 as 12:14:19

DATAS DE LEITURAS	Leitura Anterior	Leitura Atual	N. Dias	Proxima Leitura
	08/04/2025	06/05/2025	28	05/06/2025

Itens da Fatura	Unidade	Quantidade	Preco unit (R$) com tributos	Valor (R$)	PIS / COFINS	ICMS	Tarifa unit (R$)
(01) CONSUMO	kWh	242	0,379091	91,74	4,09	17,43	0,290190
(02) USO SISTEMA	kWh	242	0,443926	107,43	4,79	20,41	0,339820
(03) B.AMARELA	kWh			1,27	0,06	0,24	0,018860
(04) ACRESCIMO M				1,13			
(05) JUROS CONTA				0,86			
(06) MULTA POR A				5,13			
(07) CONT ILUMIN				29,39			
TOTAL				236,94			

Digitalizado com CamScanner

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025

OBJETO: ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL REFERENTE AO EDITAL 04/2025

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco(12/06/2025), às 09:00hrs. (nove horas), na sala de reuniões da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MARQUINHO, presentes os membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO, designados através do Decreto Municipal nº 59/2025, foi instalada a ordem para a primeira sessão pública de abertura dos envelopes para análise e avaliação da documentação para a classificação dos projetos e seus proponentes, referentes ao edital 04/2025 em epígrafe, autorizada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Elio Bolzon Junior. Sendo que, o ato convocatório dos proponentes (aviso do edital 04/2025), publicado no Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul/PR e disponibilizando o Edital, seus adendos, modelos e anexos no site oficial do Município de Marquinho/PR, www,marquinho.pr.gov.br dentro dos prazos estabelecidos. Aberta a sessão, a Comissão observou que havia somente um (1) envelope lacrado, recebido dentro do prazo. De acordo, com a decisão da Comissão de análise do processo, segue a seguinte proponente e sua classificação, respeitando a apresentação da documentação: Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche, a qual protocolou documentação as 08h:36min, do dia 03/06/2025(três de junho de dois mil e vinte e cinco). Conforme decisão da comissão de avaliação e classificação e de acordo com o edital do chamamento 04/2025 fica habilitado o projeto da proponente supracitada. Segue em anexo, a proponente classificada e habilitada. Deixada livre a palavra e como ninguém se manifestou, deu-se por encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Eliane Ramos Padilha agradeceu aos presentes e encerrou a presente ata assinada pela mesma e pelos membros da Comissão de Análise e Avaliação: Juliana Eleuterio Barbosa, Sandra Regina Bobalo Vujanski e José Correia. Sandra Regina Bobalo Vujanski, José Correia, Juliana Eleuterio Barbosa, Eliane Ramos Padilha

ANEXO I

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche	1°	76

Eliane Ramos Padilha
Presidente

Juliana Eleuterio Barbosa
Membro da Comissão

Sandra Regina Bobalo Vujanski
Membro da Comissão

José Correia
Membro da Comissão

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2025 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 004/2025, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) DA LEI Nº 13.018/2014 (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC. Nº 08/2016 E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº12/2024.

1. PARTES

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhor(a) Eliane Ramos Padilha e o(a) AGENTE CULTURAL, Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche, portador(a) do RG nº 65518546, expedida pelo SSP/PR, CPF nº 00498609928, residente e domiciliado(a) à Rua 09 de junho n° 55, Marquinho PR CEP: 85168-000, telefones: (42) 984167188, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB), da LEI Nº 13.018/2014 (Política Nacional De Cultura Viva), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB), DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) e na Instrução Normativa Minc. Nº 08/2016 e na Instrução Normativa Nº12/2024.

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural O DESPERTAR DA TRADIÇÃO, contemplado no conforme processo administrativo nº 045/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) Silmara Maria Gonsiorkiewicz Esteche, especialmente aberta no Banco Sicredi, Agência 0727, Conta Corrente nº 00072359-2 para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do/da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.